



FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2 S.A.

CNPJ nº 12.523.923/0001-07 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

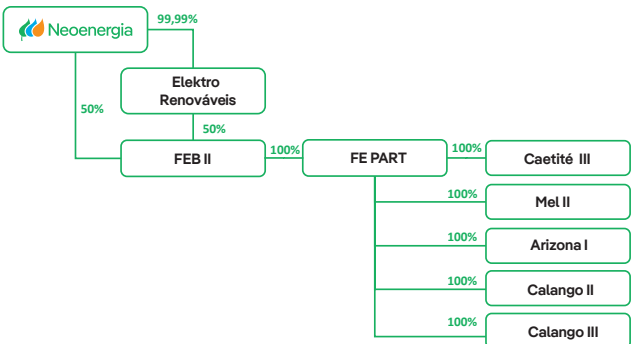
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Força Eólica do Brasil 2 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2024, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB 2) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados por FEB 2 têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,61MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 2, Calango 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	3	117.576	108.887	7	44
Custos dos serviços		(53.426)	(47.964)	(7)	(37)
Custos com energia elétrica	4	(9.927)	(8.750)	-	-
Custos de operação	5	(43.499)	(39.214)	(7)	(37)
Lucro bruto		64.150	60.923	-	7
Perda de crédito esperadas	9.1	(5)	(2)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(3.739)	(3.845)	(1.886)	(1.723)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	48.562	42.432
Lucro operacional		60.406	57.076	46.676	40.716
Resultado financeiro	6	(536)	(4.635)	3.209	1.585
Receitas financeiras		20.325	17.511	3.209	1.255
Despesas financeiras		(20.953)	(22.474)	(197)	(9)
Outros resultados financeiros, líquidos		92	328	197	339
Lucro antes dos tributos		59.870	52.441	49.885	42.301
Tributos sobre o lucro	7	(9.862)	(10.325)	123	(185)
Corrente		(9.862)	(10.325)	123	(185)
Lucro líquido do exercício		50.008	42.116	50.008	42.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	50.008	42.116	50.008	42.116
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	50.008	42.116	50.008	42.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	236.960	15.019	236.960	15.019
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Transações com os sócios:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	1.844	-
Destinação do lucro líquido:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.500	35.039	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	236.960	17.519	35.039	32.872
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.960	12.913	1.844	32.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhões de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("FEB 2" ou "Companhia") atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Em 11 de junho de 2014 foi aprovada a cisão parcial da Força Eólica do Brasil S.A., onde a FEB 2 recebeu o investimento na FE Participações S.A. Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e neste mesmo ano, os parques eólicos Arizona 1 e Mel 2 entraram em operação comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 ficaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 2 e Calango 3, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 2 e Calango 3, receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Data de Autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Calango 2	Lagoa Nova - RN	09/05/2011	09/05/2046	30,0	12,8
Calango 3	Lagoa Nova - RN	30/05/2011	30/05/2046	30,0	13,9
Ariza Branca	RN	28/02/2011	28/02/2046	20,0	8,8
Arizona 1	Rio do Fogo - RN	04/03/2011	04/03/2046	28,0	12,9
Caetité 3	Caetité - BA	24/02/2011	24/02/2046	30,0	11,2

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2023 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 32.145 (R\$ 4.761 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de geração de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvem derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estrat

No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e neste mesmo ano, os parques eólicos Arizona 1 e Mel 2 entraram em operação comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 ficaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	7	48	(85,42)
Receita Operacional Líquida	7	44	(84,09)
Margem Operacional Líquida	-	7	(100,00)
EBITDA	47.048	41.057	14,6
Resultado Financeiro	3.209	1.585	102,46
Lucro Líquido	50.008	42.116	18,74
Margem Operacional (%)	0,00%	15,91%	(15,91)
Margem EBITDA (%)	67214,29%	93311,36%	578.802,92
Margem Líquida (%)	71400,00%	95718,18%	618.681,82

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/23	dez/22	Variação %
Ativo Total	370.837	327.908	13,09
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida ⁽²⁾	N/A	N/A	-
Patrimônio Líquido	322.390	316.703	1,80

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	50.008	42.116	50.008	42.116
Lucro líquido do exercício	50.008	42.116	50.008	42.116
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	21.461	20.537	372	341
Baixa de ativos não circulantes	292	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	(48.562)	(42.432)	-
Tributos sobre o lucro	9.862	10.325	(123)	(185)
Resultado financeiro, líquido	536	4.635	(3.209)	(1.585)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(5.520)	(770)	-	-
Fornecedores e contas a pagar	3.531	6.023	2.784	126
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(3.817)	(2.810)	(593)	369
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	18.618	17.823	(47)	61
Outros ativos e passivos, líquidos	(21.574)	(9.110)	(2.779)	381
Caixa líquidos provenientes das operações	73.398	88.769	(2.149)	(438)
Dividendos recebidos	-	-	10.078	78.884
Encargos de dívidas pagas	(15.310)	(17.338)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	20.326	17.297	3.374	1.329
Pagamento de juros - arrendamentos	(1.434)	(1.260)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(7.573)	(8.234)	(266)	(185)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	69.406	79.234	11.037	79.590
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos				
Adquisição de imobilizável e intangível	(8.431)	(6.921)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(65.078)	(121.145)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	40.908	161.670	-	-
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(32.601)	33.604	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(28.547)	(28.249)	-	-
Depósitos em garantias	619	(71)	-	-
Pagamento de principal - arrendamentos	(330)	(138)	-	-
Dividendos pagos	(10.003)	(58.278)	(10.003)	(58.277)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.455)	26.102	1.034	21.313
Caixa e equivalentes no início do exercício	53.725	27.625	22.764	1.441
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52.269	53.725	23.788	22.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação(R\$)	Variação(%)
Lucro líquido (A)	50.008	42.116	7.892	18,74
Receitas financeiras (B)	3.209	1.255	1.954	155,70
Despesas Financeiras (C)	(197)	(9)	(188)	2.088,89
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	197	339	(142)	(41,89)
Imposto de renda (E)	123	(185)	308	(166,49)
Depreciação (F)	(372)	(341)	(31)	9,09
EBITDA = (A+B+C+D+E+F)	47.048	41.057	5.991	14,59

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte"), firmada em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 12.444,00, referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("FEB 2"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB 2 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB 2. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB 2 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidas e antecipadas, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	52.269	53.725	23.788	22.754
Contas a receber de clientes e outros	9	18.781	13.261	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		323	749	-	-
Outros tributos a recuperar		203	817	-	490
Dividendos	11	4.417	1.640	38.528	10.078
Estoque		2.817	1.310	4.416	1.639
Outros ativos circulantes		2.817	1.310	4.416	1.639
Total do circulante		78.810	71.502	66.737	34.982
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	128.046	90.925	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		4.814	2.095	3.472	2.095
Outros tributos a recuperar		493	-	491	-
Depósitos judiciais	15	5.072	5.122	-	12
Outros ativos não circulantes		116	890	-	-
Investimentos em controladas	11	8.860	8.456	287.843	278.153
Direito de uso		414.063	424.112	12.294	12.666
Intangível		2.762	3.598	-	-
Total do não circulante		564.226	535.198	304.100	292.926
Total do ativo		643.036	606.700	370.837	327.908
Passivo					



2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring") que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	2023	2022
Fornecimento de energia	129.710	123.978	
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.477	1.423	
Outras receitas	2.211	8	
Receita operacional bruta	133.398	125.409	
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(15.822)	(16.522)	
Receita operacional líquida	117.576	108.887	

3.1 Deduções de receita bruta:

	Consolidado	2023	2022
Tributos			
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(10.143)	(11.172)	
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.155)	(4.875)	
	(15.298)	(16.047)	
Encargos setoriais			
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(524)	(475)	
	(524)	(475)	
Total	(15.822)	(16.522)	

3.2 Política contábil e julgamento crítico: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	2023	2022
Compra para revenda			
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(2.023)	(1.538)	
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾	(105)	(104)	
Outros	(48)	(49)	
Total	(2.176)	(1.691)	
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão			
Encargos de rede básica	(5.086)	(4.478)	
Encargos de conexão	(562)	(474)	
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.103)	(2.107)	
Total	(7.751)	(7.059)	
Total dos custos com energia elétrica	(9.927)	(8.750)	

⁽¹⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		2023		2022	
	Custos de operação	Outras receitas/Despesas gerais e administrativas	Custos de operação	Outras receitas/Despesas gerais e administrativas	Custos de operação	Outras receitas/Despesas gerais e administrativas
Pessoal	(1.973)	(1.082)	(3.055)	(1.905)	(1.463)	(3.368)
Despesas de terceiros (nota 5.1)	(19.000)	(1.936)	(20.936)	(15.327)	(1.742)	(17.069)
Depreciação e amortização	(21.075)	(386)	(21.461)	(20.192)	(345)	(20.537)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.451)	(335)	(1.786)	(1.790)	(295)	(2.085)
Total	(43.499)	(3.739)	(47.238)	(39.214)	(3.845)	(43.059)

5.1 Serviços de terceiros

	Consolidado	2023	2022
Serviços técnicos e Manutenções	(16.162)	(13.870)	
Serviços jurídicos	(228)	(102)	
Consultoria e auditoria	(141)	(112)	
Comunicação	(193)	(50)	
Vigilância	(1.620)	(1.665)	
Outros serviços	(2.592)	(1.270)	
Total	(20.936)	(17.069)	

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	2023	2022	Controladora	2023	2022
Receitas Financeiras						
Renda de aplicações financeiras	20.326	17.297	3.574	1.329		
(-) Tributos sobre receita financeira	(3.07)	(174)	(163)	(68)		
Outras receitas financeiras	3.06	388	(2)	(6)		
Despesas Financeiras						
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(17.127)	(18.899)	-	-		
Outras despesas financeiras	(3.826)	(3.575)	(197)	(9)		
Outros resultados financeiros, líquidos						
Ganhos com variações cambiais e monetárias	92	328	197	339		
Resultado financeiro líquido	(536)	(4.635)	3.209	1.585		

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	2023	2022	Controladora	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	59.870	52.441	49.885	42.301		
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(20.355)	(17.830)	(16.961)	(14.382)		
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:						
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	1.341	-	561	-		
Resultado de participações societárias	-	-	16.511	14.427		
Diferença de prescrição de base do lucro presumido	9.106	7.709	-	-		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(41)	48	(40)	21		
Outras adições (reversões) permanentes	87	(252)	52	(251)		
Tributos sobre o lucro	(9.862)	(10.325)	123	(185)		
Alíquota efetiva	16,47%	19,69%	(0,25%)	0,44%		
Corrente	(9.862)	(10.325)	123	(185)		

7.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e informações significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	6.460	10.688	36	64
Fundos de Investimento	45.809	43.037	23.752	22.690
Total	52.269	53.725	23.788	22.754

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (99,40% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado	2023	2022	Controladora	2023	2022
Carteira Fundos exclusivos						
Operações compromissadas	45.809	43.037	23.752	22.690		
Total	45.809	43.037	23.752	22.690		

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A, para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		2023		2022	
	Perda de Contas a receber, créditos esperadas	Receivável esperadas	Perda de Contas a receber, créditos esperadas	Receivável esperadas	Perda de Contas a receber, créditos esperadas	Receivável esperadas
Fornecimento de energia	18.271	(13)	18.258	12.459	(8)	12.451
Comercialização de energia na CCEE	523	-	523	810	-	810
Total	18.794	(13)	18.781	13.269	(8)	13.261

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		2023		2022	
	Perdas de Receivável esperadas	créditos esperadas	Perdas de Receivável esperadas	créditos esperadas	Perdas de Receivável esperadas	créditos esperadas
A vencer	12.774	(10)	12.459	-	-	-
Saldos vencidos:	5.497	(3)	-	-	-	-
90 dias	5.497	(3)	-	-	-	-
Total	18.271	(13)	12.459	(8)		

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE:

	Consolidado	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(8)	(6)	
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(5)	(2)	
Saldo final do exercício	(13)	(8)	

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.I) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento crítico: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado	2023	2022
Saldo inicial	90.925	119.068	
Aplicação	64.170	121.145	
Resgate	(40.000)	(161.670)	
Rendimentos	12.951	(12.382)	
Saldo final	128.046	90.925	

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 96,04% em 31 de dezembro de 2023 (99,52% em 31 de dezembro de 2022) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora		2023		2022	
	Participação	Patrimônios	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Saldo inicial do exercício	278.153	306.704				
Participações societárias no resultado	48.562	42.432				
Dividendos e JCP declarados	(38.872)	(62.983)				
Saldo final do exercício	287.843	278.153				

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora	2023	2022
Saldo inicial do exercício	10.078	18.979	
Declarados ⁽¹⁾	38.528	69.983	
Recebidos	(10.078)	(78.884)	
Saldo final do exercício	38.528	10.078	

⁽¹⁾ Dividendos e JCP líquidos do IRRF.

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Lucro líquido		
		Não	Não	do exercício		
		Participação	Patrimônios	Circulante		
Controladas						
FE PARTICIPAÇÕES	100%	2023 15.179	31.711	39.047	287.843	48.562
CALANGO 2	100%	2022 14.544	273.714	10.104	278.154	42.432
CALANGO 2	100%	2023 13.803	93.858	11.082	56.453	11.972
CALANGO 2	100%	2022 12.084	101.006	15.328	43.207	54.555
CALANGO 3	100%	2023 15.124	112.025	21.222	49.041	56.786
CALANGO 3	100%	2022 14.073	111.143	20.511	50.019	54.686
MEL 2	100%	2023 4.053	77.515	10.449	34.106	37.013
MEL 2	100%	2022 4.023	78.100	11.181	35.406	35.536
ARIZONA 1	100%	2023 6.738	110.919	15.817	49.929	51.911
ARIZONA 1	100%	2022 5.490	110.519	15		



A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	50.008	42.116
Reserva legal	(2.500)	(2.106)
Lucro líquido ajustado	47.508	40.010
Destinação para outras reservas de lucros	(35.039)	-
Lucro líquido a distribuir	12.469	40.010
Remuneração		
Mínima obrigatória	12.469	10.002
Dividendos adicionais propostos	-	30.008
	12.469	40.010
Natureza da remuneração		
Dividendos	8.524	40.010
JCP	3.945	-
	12.469	40.010

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios	10.002	0,0422097
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos adicionais propostos	30.008	0,1266374
AGOE de 28 de abril de 2023	Reserva especial de dividendos	1.844	0,0077819
RCA de 20 de dezembro de 2023	JCP	3.945	0,0166484
		45.799	
2022			
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	12.815	0,0540809
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos adicionais propostos	36.599	0,1544522
		49.414	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	2023	2022
Saldos no início do exercício		10.002	21.678
Dividendos e juros sobre o capital próprio:			
Dividendos declarados	40.378	46.602	
Juros sobre capital próprio declarados	3.945	-	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(592)	-	
Pagos no exercício	(10.003)	(58.278)	
Saldos no final do exercício		43.730	10.002

16.3 Reservas de lucros: 16.3.1 **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 16.3.2 **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. 16.3.3 **Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. 16.4 **Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos

17.3 Principais transações com partes relacionadas:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba	Contrato de comercialização de energia
b)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica
c)	FE Participações S.A.	Dividendos a receber
d)	Neoenergia, Elektro Renováveis	Dividendos a pagar

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.460	45.809	10.688	43.037
Títulos e valores mobiliários	-	128.046	-	90.925
Contas a receber de clientes e outros	18.794	-	13.269	-
	25.254	173.855	23.957	133.962
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	12.021	-	12.867	-
Empréstimos e financiamentos	166.671	-	192.782	-
Passivo de arrendamento	10.174	-	9.508	-
Outros passivos financeiros	726	-	1.182	-
	189.592	-	216.339	-

CA - Custo amortizado. VJR - Valor justo por meio do resultado.

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão de-

acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: **17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Consolidado			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	880	-	880	788	-	788
Outros ativos	-	-	-	49	-	49
	880	-	880	837	-	837
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)	887	963	1.850	1.089	952	2.041
Dividendos a pagar (d)	-	43.730	43.730	-	10.002	10.002
Outros Passivos	527	-	527	4.838	-	4.838
	1.414	44.693	46.107	5.927	10.954	16.881

	Controladora			2022		
	Controlada Acionista	Total	Controlada Acionista	Total		
Ativo						
Dividendos a receber (c)	38.528	-	38.528	10.078	-	10.078
	38.528	-	38.528	10.078	-	10.078
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	-	963	963	-	952	952
Dividendos a pagar (d)	-	43.730	43.730	-	10.002	10.002
	-	44.693	44.693	-	10.954	10.954

17.2 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a) / (b)	9.876	-	9.876	9.136	-	9.136
Custos dos serviços (b)	(6.314)	-	(6.314)	(5.677)	-	(5.677)
Despesas gerais e administrativas	(1.082)	(963)	(2.045)	(1.463)	(952)	(2.415)
	2.480	(963)	1.517	1.996	(952)	1.044

	Controladora			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida	7	-	7	48	-	48
Despesas gerais e administrativas	-	(963)	(963)	-	(952)	(952)
	7	(963)	(956)	48	(952)	(904)

	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	
					2023	2022
a)	-	20 anos	2032	800	9.376	
b)	-	1 ano	2024	(493)	(1.530)	
c)	-	-	2024	38.528	-	
d)	-	-	2024	(43.730)	-	

monstrados como segue:

	Consolidado			
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	45.809	45.809	43.036	43.036
Títulos e valores mobiliários	128.046	128.046	90.925	90.925
	173.855	173.855	133.961	133.961

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	166.671	166.671	192.782	192.782

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título,

históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	184.999	21.553	(3.232)	(6.465)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e financiamentos							
Divida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(177.815)	(15.450)	(1.742)	(3.484)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	Xabier Viteri	Presidente
TITULARES		
Solange Maria Pinto Ribeiro	Laura Cristina da Fonseca Porto	Juliano Pansanato de Souza
DIRETORIA EXECUTIVA		
	Laura Cristina da Fonseca Porto	Diretora Presidente
Leandro Adzgauskas Montanher	Rodolfo Fernandes da Rocha	Mariane Carvalho Medeiros
DIRETORIA DE CONTABILIDADE		
	Rachel Alves Pascale	Contadora
	CRC-RJ-Nº 115915/O-3	
	Luciana Maximino Maia	Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Força Eólica do Brasil 2 S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.523.923/0001-07 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

Xabier Viteri - Presidente do Conselho **Solange Maria Pinto Ribeiro** - Conselheiro
Laura Cristina da Fonseca Porto - Conselheiro **Juliano Pansanato de Souza** - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Força Eólica do Brasil 2 S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.523.923/0001-07 declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 relativas ao exercício social findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente
 Leandro Adzgauskas Montanher
 Rodolfo Fernandes da Rocha
 Mariane Carvalho Medeiros
Diretores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Força Eólica do Brasil 2 S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Força Eólica do Brasil 2 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo